



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 103, DE 2016

(nº 606/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 606

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

Os méritos do Senhor Luís Cláudio Villafaña Gomes Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de novembro de 2016.

EM nº 00378/2016 MRE

Brasília, 4 de Novembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 731 - C. Civil.

Em 14 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretario-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE GOMES SANTOS
CPF.: 342.696.30-191

1960 Filho de Ivaldo Carvalho dos Santos e Lia Villafane Gomes Santos, nasce no Rio de Janeiro/RJ.

Dados Acadêmicos

1985 Bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília
1986 Curso Preparatório à Carreira Diplomática - Instituto Rio Branco
1990 Mestre em História pela Universidade de Brasília
1993 Pós-Graduação em Ciência Política na "New York University"
1994 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - Instituto Rio Branco
2000 Doutorado em História pela Universidade de Brasília
2005 Curso de Altos Estudos - Instituto Rio Branco

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
1992 Segundo-Secretário
1998 Primeiro-Secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2009 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1986-89 Divisão de Energia e Recursos Minerais, assistente
1989-90 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
1990 Secretaria-Geral de Controle, assessor
1990-94 Escritório Financeiro em Nova York, Terceiro e Segundo Secretário
1994 Embaixada no México, Segundo Secretário
1996-98 Assessoria de Comunicação Social, Coordenador Técnico de Divulgação
1999-2000 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor
2000-2003 Embaixada em Washington, Primeiro Secretário
2003-2006 Embaixada em Montevidéu, Primeiro Secretário e Conselheiro
2006-2010 Embaixada do Brasil em Quito, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, Encarregado de Negócios na ausência do titular
2010-2014 Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa, Ministro-Conselheiro, Encarregado de Negócios na ausência do titular
2014-atual Subsecretaria-Geral de Política III, Chefe de Gabinete

Condecorações:

1991 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da América Central, do México e do Caribe
Divisão do México e da América Central

NICARÁGU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Novembro de 2016

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Nicarágua
GENTÍLICO	Nicaraguense
CAPITAL	Manágua
ÁREA	130.370 Km ²
POPULAÇÃO (FMI 2015)	6,3 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica Romana (58,5%), Evangélica (23,2%), nenhuma (15,7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Daniel Ortega Saavedra (<i>desde janeiro de 2007</i>)
CHANCELER	Samuel Santos López (<i>desde janeiro de 2007</i>)
PIB NOMINAL (FMI 2015)	US\$ 12,7 bilhões
PIB PPP (FMI 2015)	US\$ 31,6 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI 2015)	US\$ 2,024
PIB PPP PER CAPITA (FMI 2015)	US\$ 5,044
VARIAÇÃO DO PIB	4,5% (2016, est.); 4,9% (2015); 4,5% (2014); 4,5% (2013); 5,5% (2012).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (PNUD 2015)	0,631 (125º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD 2015)	74,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD 2015)	78%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI 2015, est.)	6,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Córdoba (USD 1,00 = C\$ 28,97) Outubro 2016
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Lorena del Carmen Martínez
BRASILEIROS NA NICARÁGUА	400 nacionais

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ Milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Nicarágua	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	13,273	13,047	25,575	49,371	55,5	33,7	121,3	106,2	97,5
Exportações	13,176	13,039	25,573	49,370	55,1	33,4	120,0	104,9	94,0
Importações	0,097	0,008	0,002	0,001	0,4	0,3	1,3	1,3	3,5
Saldo	13,079	13,031	25,571	49,368	54,7	33,1	118,7	103,6	90,5

Informação elaborada em 18/10/2016 pelo PS Leonardo Jannuzzi e revisada pelo Cons. Fernando Costa.

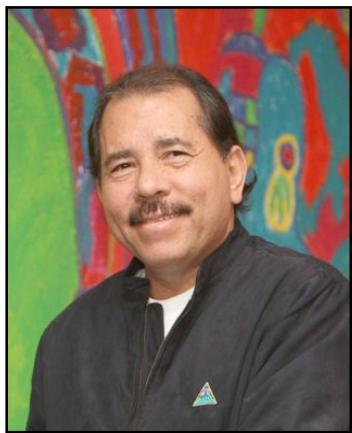
APRESENTAÇÃO

A República da Nicarágua está situada na América Central, limitada ao norte por Honduras, ao sul pela Costa Rica, a oeste pelo Oceano Pacífico, e a leste pelo Mar do Caribe, onde o território marítimo conformado por seu mar territorial e sua zona econômica exclusiva faz fronteira com o arquipélago colombiano de San Andrés e Providência. A divisão político-administrativa compreende 15 Departamentos e 2 Regiões Autônomas. O Estado possui 4 poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Eleitoral.

As relações entre o Brasil e a Nicarágua foram estabelecidas em 1905 e são tradicionalmente cordiais. Na década de 2000, o Brasil iniciou movimento de maior aproximação com a região centro-americana. No caso da Nicarágua, o processo de intensificação do relacionamento bilateral culminou com a visita do Presidente Lula da Silva a Manágua, em 2007.

PERFIL BIOGRÁFICO

Daniel Ortega Saavedra – Presidente da República



Nasceu em La Libertad, em 11 de novembro de 1945. Seus pais eram ativos opositores do regime de Anastasio Somoza. Aos 17 anos, tornou-se membro da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Em 1965, passou a fazer parte da direção da FSLN. Na Junta do Governo de Reconstrução Nacional (1979), assumiu os cargos de Chefe do Governo e de Ministro da Defesa. Em 1984, foi eleito Presidente da República. No ano seguinte, foi nomeado Presidente da FSLN. Nas eleições gerais de 1990, que se realizaram depois da aprovação do Plano de Paz regional, foi derrotado por Violeta Chamorro. Liderou a oposição de 1990 a 2006 e foi derrotado nas eleições de 1996 e 2001 antes de ser eleito presidente em 2006. Foi reeleito em novembro de 2011 e concorre a novo mandato em 2016.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento bilateral ganhou dinamismo e densidade a partir da primeira década do século XXI, quando um conjunto de iniciativas de alto nível contribuiu para elevar o diálogo com os países da América Central a um patamar inédito na história. No ano 2000, celebrou-se a primeira reunião de cúpula com os países do SICA (Sistema da Integração Centro-Americana), ainda sob o nome de Reunião de Cúpula entre o Brasil e os Países do Istmo Centro-Americanano e a República Dominicana. O encontro ocorreu paralelamente à visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Costa Rica, a primeira de um mandatário brasileiro ao istmo centro-americano. A partir de então, o relacionamento brasileiro com a região ganhou densidade e, no caso da Nicarágua, culminou com a visita do Presidente Lula da Silva a Manágua, em 2007.

A Primeira-Dama e coordenadora do Conselho de Comunicação e Cidadania da Nicarágua, Rosario Murillo, manifestou repúdio ao processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Da mesma forma, a Assembleia Nacional publicou uma declaração de repúdio à destituição de Rousseff. Não obstante, após esse episódio, o governo da Nicarágua concedeu agrément ao próximo embaixador brasileiro em Manágua em apenas dois dias.

Comércio e Investimentos

O comércio bilateral foi de US\$ 97,5 milhões em 2015, com exportações brasileiras de US\$ 94 milhões e importações de US\$ 3,5 milhões, equivalente ao superávit de US\$ 90,5 milhões. As exportações caíram 2,8% em relação a 2014, enquanto as importações aumentaram 83,5%. Os produtos com maior participação nas exportações brasileiras em 2015 foram cereais (31,1%), máquinas mecânicas (25%), máquinas elétricas (6,4%), automóveis (5%) e preparações alimentícias (3,3%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram alumínio (56,7%), vestuário de malha (31,7%), vestuário exceto de malha (5,9%), tabaco e sucedâneos (4,1%) e máquinas elétricas (1,3%).

A redução desse desequilíbrio e a eventual expansão do comércio entre os dois países enfrentam obstáculos de difícil transposição, como a composição da oferta exportável nicaraguense, com itens que o Brasil também produz, e as limitações estruturais da economia nicaraguense, de pequena dimensão e pouca diversidade.

A recente assinatura de acordo entre Brasil e EUA para exportação de carne bovina brasileira foi recebida com apreensão no setor agropecuário

nicaraguense, que sustenta que o Brasil exportará carne aos EUA dentro da categoria "outros países", cuja quota total é de 65 mil t/a, o que poderia inviabilizar as vendas nicaraguenses ao abrigo do mesmo mecanismo, uma vez que o grande volume da produção brasileira de carne poderia facilmente preencher a quota.

Em que pese o reduzido porte de sua economia, a Nicarágua oferece oportunidades a empresas brasileiras em processo de internacionalização, em particular quanto à possibilidade de acesso ao mercado dos EUA e da UE, decorrentes dos acordos DR-CAFTA (Acordo de Livre Comércio EUA-América Central-República Dominicana) e do (AdA-UE) Acordo de Associação América Central-União Europeia.

No âmbito do relacionamento MERCOSUL-SICA, também tem havido tentativas de aproximação. No primeiro semestre de 2015, a Presidência *Pro Tempore* brasileira do MERCOSUL (PPTB) procurou promover a assinatura do Acordo-Quadro de Associação, com previsão de negociação comercial entre os blocos. Em novembro de 2015, a PPT do Paraguai circulou contraproposta do SICA de minuta de *Memorando de Entendimiento entre el SICA y el MERCOSUR*, que retirou a previsão de negociação comercial, presente na proposta do MERCOSUL, mantendo apenas disposições sobre diálogo político e cooperação.

Hidrelétrica de Tumarín

Na visita do Presidente Lula da Silva à Nicarágua, em 2007, a primeira de um mandatário brasileiro, foi decidida a participação brasileira na construção da hidrelétrica de Tumarín, com custo estimado de US\$ 1,2 bilhão. Tomaram parte no projeto as empresas Queiróz Galvão Internacional e Eletrobrás, responsáveis por 90% do investimento. Ao associar-se à Empresa Nicaraguense de Eletricidade (ENEL) formaram a empresa *Centrales Hidroeléctricas de Nicaragua* (CHN), responsável pelo empreendimento. Os investimentos seriam financiados com recursos do BNDES (US\$ 342 milhões), do Banco Centro-American de Integração Econômica (BCIE) e de investidores.

A difícil conjuntura política e econômica do Brasil a partir de 2015 impossibilitou a transferência de recursos do BNDES para a concretização da obra, o que obstruiu o desenvolvimento do projeto. O consórcio brasileiro tentou buscar soluções alternativas, mas em março de 2016, o governo nicaraguense decidiu pelo cancelamento amigável do empreendimento. Em julho, chegou-se a acordo final pelo qual Eletrobrás e Queiroz Galvão venderam as ações da CHN à ENEL.

Reestruturação da Dívida Nicaraguense

Em 2002, Brasil e Nicarágua assinaram contrato de reestruturação da dívida nicaraguense, que previu abatimento de 95% do total, de acordo com parâmetros do Clube de Paris para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). O valor consolidado da dívida em 31/3/2012 era de US\$ 140.599.066,14, e o valor remanescente, de US\$ 7.029.953,31. A primeira parcela semestral foi paga em 30/6/2005, e a última está prevista para 31/12/2019. A Nicarágua tem quitado regularmente as parcelas.

Em 2016, o Ministério da Fazenda constatou que o contrato jamais foi submetido à aprovação do Senado Federal, nos termos da resolução nº 50, de 1993, daquela Casa Legislativa. O tema está sendo examinado no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE), que analisa a melhor maneira de encaminhar a questão.

Cooperação Bilateral

A cooperação técnica figura entre os principais ativos diplomáticos do Brasil em suas relações com a Nicarágua. O programa bilateral está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Nicarágua, assinado em 2006 e promulgado em 2008. Na atualidade, o programa é composto por 4 projetos em execução, 4 em processo de assinatura, e um projeto em negociação. As principais áreas de cooperação entre os dois países são saúde, meio ambiente, habitação e energia. Merece destaque a inauguração, na Nicarágua, em 2012, do primeiro Banco de Leite Humano, que beneficia cerca de 2.500 recém-nascidos por ano.

No que diz respeito à assistência humanitária, o Brasil vem, desde 2006, auxiliando a Nicarágua a recuperar-se de desastres naturais que frequentemente atingem seu território. Em 2013, foram doadas 1.695 toneladas de alimentos (arroz), com valor aproximado de US\$ 804.479,42, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em 2014, foram doadas 600 toneladas de arroz, com valor aproximado de US\$ 284.855,42, também por meio do PMA. Em 2015, foram doadas 100.800 cápsulas do medicamento Rifabutina 150mg, utilizado no combate à tuberculose.

Quanto à cooperação em âmbito cultural e educacional, Brasil e Nicarágua possuem Acordo de Cooperação Cultural, firmado em 1953. Nesse contexto, foi inaugurado, em Manágua, em 1987, o Centro Cultural Brasil-Nicarágua (CCBN), que oferece cursos de língua portuguesa e promove atividades culturais como

apresentações de música brasileira, espetáculos de dança e cultura brasileiras, exposições de artes plásticas e festivais de filmes brasileiros. No primeiro semestre de 2016, o CCBN recebeu cerca de 200 alunos em seus cursos de português e de cultura brasileira. O CCBN também conta com uma biblioteca com 3,8 mil títulos e mais de 600 vídeos.

No que se refere à cooperação educacional, foram selecionados, entre 2000 e 2016, 8 estudantes nicaraguenses para o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e 15 para o Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). No âmbito do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA/GCUB – "Becas Brasil"), coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), 45 estudantes nicaraguenses foram selecionados para frequentar instituições de ensino superior brasileiras desde 2011.

Temas Consulares

A comunidade brasileira na Nicarágua é atualmente estimada em 400 nacionais, a maioria (350) em situação migratória regular. Há registro de apenas um nacional brasileiro preso no país. Não há Consulados Honorários do Brasil na Nicarágua.

POLÍTICA INTERNA

A Nicarágua é uma República presidencialista. O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional (AN), composta por 92 deputados, eleitos por voto direto e universal. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, com mandato de 5 anos. O órgão superior do Judiciário é a Corte Suprema de Justiça (CSJ), formada por 16 membros eleitos pela Assembleia. O Poder Eleitoral é comandado pelo Conselho Supremo Eleitoral (CSE), integrado por 7 magistrados também eleitos pela AN.

A política nicaraguense é marcada pela polarização ideológica e por rivalidades que não raro se alimentam do fechamento do espaço político aos opositores. No poder desde 2007, o Presidente Daniel Ortega instituiu um modelo político de concertação com a elite econômica, mantendo, porém, a retórica revolucionária e implementando, com apoio venezuelano, um conjunto de programas sociais. O modelo tem assegurado relativa estabilidade política e macroeconômica ao país.

O governo possui sólida maioria na Assembleia Nacional, com 62 deputados de um total de 92. A oposição – inexpressiva e dividida – limita-se a denunciar o Executivo por exercer, sobre o Legislativo, o Judiciário e o Eleitoral,

ascendência considerada incompatível com a separação de poderes. Nesse cenário, a Igreja Católica tem desempenhado – com certa discrição e sentido de oportunidade – papel crítico ao governo.

O governo é detentor de parte dos meios de comunicação, mas há veículos independentes relevantes, que, ocasionalmente, acusam o governo de incentivar práticas intimidatórias ou ações violentas contra a imprensa. Nas ruas, grupos de militantes sandinistas costumam desencorajar a realização de manifestações de oposição ao governo.

Em 2013, Daniel Ortega aprovou reforma constitucional que consagrou a reeleição indefinida e o pleito presidencial em turno único, com maioria relativa. Em dezembro de 2015, causou celeuma a aprovação da Lei de Segurança Soberana, criticada por ampliar o espaço de intervenção do Executivo na vida política e no jogo partidário do país.

As próximas eleições ocorrerão em 6 de novembro de 2016. No pleito serão eleitos o Presidente da República, deputados nacionais, departamentais e do Parlamento Centro-American (PARLACEN). As pesquisas de opinião apontam o favoritismo do Presidente Daniel Ortega, que concorrerá ao terceiro mandato consecutivo.

O período pré-eleitoral tem sido marcado por medidas controversas adotadas pelo governo. Em junho de 2016, Daniel Ortega vetou a presença de observadores internacionais no país, suscitando críticas por parte da comunidade internacional.

No mesmo mês, a Corte Suprema destituiu Eduardo Montealegre da Presidência do Partido Liberal Independente (PLI), substituindo-o por Pedro Eulogio Reyes. Em julho, dando cumprimento a resolução do Conselho Supremo de Justiça (CSE), a Assembleia Nacional destituiu 28 deputados do PLI que se haviam recusado a legitimar Pedro Reyes. Em que pese a controvérsia gerada pela decisão, a sentença pôs fim a uma disputa interna que há 5 anos opunha as duas principais facções do PLI.

Daniel Ortega também recebeu críticas pela decisão da FSLN de designar a Primeira-Dama Rosario Murillo como candidata a Vice-Presidente em sua chapa nas próximas eleições.

ECONOMIA

A economia da Nicarágua caracteriza-se pela baixa produtividade e pelos elevados índices de desigualdade e de informalidade. De acordo com o FMI, o país é o 2º mais pobre da América Latina e Caribe. O PIB per capita em 2015 foi de US\$ 2.024,00, inferior ao dos demais países centro-americanos. No último *ranking* do IDH publicado em 2015, o país figurou em 125º lugar.

O governo nicaraguense tem obtido resultados importantes no combate à pobreza. De acordo com o *Instituto Nacional de Información de Desarollo* (INIDE), entre 2009 e 2014, o índice de pobreza caiu de 42,5% para 29,6%, enquanto a pobreza extrema caiu de 14,6% para 8,3%.

A Nicarágua tem registrado taxas de crescimento do PIB acima da média centro-americana. De acordo com a CEPAL, o PIB da América Central apresentará crescimento médio de 3,7% em 2016 e 4,0% em 2017. A Nicarágua tende a ocupar a 3^a posição, atrás apenas da República Dominicana e o Panamá, com crescimento de 4,5% no biênio 2016-2017. O FMI aponta crescimento do PIB nicaraguense de 4,5% em 2016 e 4,3% em 2017. Em 2015, o PIB nicaraguense cresceu 4,93% (estimativa do FMI), alcançando US\$ 12,69 bilhões.

O crescimento econômico da Nicarágua é amparado por uma política fiscal prudente. De acordo com o Banco Central da Nicarágua (BCN), a dívida pública interna e externa totalizou, no 1º semestre de 2016, US\$ 5,9 bilhões, equivalente a 45% do PIB (US\$ 12,69 bilhões em 2015). A relação entre a dívida e o PIB vem decrescendo continuamente desde 2010, quando alcançou 61%. O BCN projeta inflação entre 4,5% e 5,5% em 2016. A projeção de inflação do FMI é de 6,18% em 2016.

A balança comercial nicaraguense é tradicionalmente deficitária. O saldo negativo é mitigado por remessas de nicaraguenses no exterior, por investimentos estrangeiros e por empréstimos.

As exportações nicaraguenses totalizaram US\$ 4,7 bilhões em 2015, registrando queda de 5,6% em relação a 2014. Os principais produtos exportados foram vestuário, máquinas elétricas, carnes, café e ouro. Os principais destinos das exportações foram EUA, México, Venezuela, El Salvador e Honduras. O mercado norte-americano recebeu, isoladamente, 53,7% do total exportado em 2015 (46,9% em 2014).

As importações registraram crescimento de 2,1%, passando de US\$ 5,7 bilhões em 2014 para US\$ 5,9 bilhões em 2015. As importações de petróleo e derivados apresentaram decréscimo em razão dos menores preços internacionais, propiciando redução na fatura petroleira. As principais origens das importações nicaraguenses foram os EUA, a China, o México, a Costa Rica e a Guatemala. Os principais produtos importados pela Nicarágua foram combustíveis, máquinas elétricas e mecânicas, automóveis e produtos farmacêuticos.

Em março de 2016, o FMI anunciou decisão de fechar seu Escritório de Representação em Manágua inaugurado em 1994. Segundo o BCN, a decisão

representa um voto de confiança em função de resultados macroeconômicos e financeiros positivos alcançados pelo país. Entre 1994 e 2011, a Nicarágua obteve quatro linhas de crédito com o FMI ("Extended Credit Facility").

Em agosto de 2016, a agência de risco Fitch Ratings ratificou a avaliação de dívida soberana de longo prazo da Nicarágua em "B+" com perspectiva estável. Ademais, confirmou em "B" a qualificação da dívida soberana de curto prazo e manteve o teto-país em "B+". De acordo com o Banco Central da Nicarágua, a avaliação da Fitch é respaldada por uma tendência positiva de crescimento econômico, pelo histórico nicaraguense de política fiscal prudente, e por um marco de políticas fiscal e cambial que apoiou a consolidação macroeconômica e a redução da inflação.

A Fitch recomendou ao país empreender esforços para superar as debilidades estruturais de sua economia, como o baixo nível do PIB per capita, a insuficiência do mercado de capitais doméstico, os indicadores sociais e de governabilidade e as vulnerabilidades externas.

O governo anunciou ambicioso plano de atração de investimentos denominado *Políticas y Proyectos de Desarrollo para Potenciar la Inversión*, com o objetivo de levantar fundos para a ampliação da infraestrutura, o desenvolvimento da produção e a facilitação do comércio, de modo a assegurar investimentos externos. O governo espera viabilizar o plano por meio de financiamentos em termos concessionais, aumentos de impostos e lançamentos de títulos da dívida soberana.

POLÍTICA EXTERNA

As relações internacionais da Nicarágua são pautadas pela busca de apoio ao processo de desenvolvimento socioeconômico nacional, principalmente sob as formas de cooperação e de investimentos externos. O Presidente Daniel Ortega procurou diversificar as relações internacionais da Nicarágua, de modo a reduzir o peso relativo dos Estados Unidos e da União Europeia. Nesse contexto, buscou aproximação com a Venezuela e outros integrantes da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), bem como com a Federação Russa, Taiwan e o Irã.

Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial da Nicarágua e exercem grande influência em amplos setores da sociedade nicaraguense. Em suas relações com os EUA, o governo tende a oscilar entre o pragmatismo econômico e a retórica anti-imperialista.

Um dos pontos de desentendimento entre os dois países diz respeito ao sistema eleitoral nicaraguense, considerado deficiente e pouco transparente por Washington. Nesse contexto, foi aprovado, em setembro de 2016, pela Câmara dos Deputados do EUA, o projeto de lei *Nicaraguan Investment Conditionality Act*, denominado *Nica Act*, que poderá ser aplicado caso o país não implemente medidas de promoção da democracia, com eleições livres e diretas, respeito aos direitos

humanos e combate à corrupção. Se aprovado pelo Senado e sancionado pelo Presidente dos EUA, poderá impedir a Nicarágua de ter acesso a fundos de instituições estadunidenses e empréstimos de organismos internacionais nos quais o governo norte-americano detenha poder de voto. O *Nica Act* poderá ter impacto negativo sobre o comércio entre os dois países e o desempenho econômico da Nicarágua.

Nesse cenário, o governo nicaraguense anunciou, em meados de outubro, a implementação de um Mecanismo de Conversação e Intercâmbio com o Secretário-Geral da OEA, Luís Almagro. A iniciativa foi bem recebida nos meios políticos e empresariais locais e poderá contribuir para os esforços do governo no sentido de mostrar transparência no processo eleitoral e assegurar a legitimidade internacional de seus resultados.

As relações com a Rússia também têm adquirido densidade em anos recentes. As iniciativas de Moscou na América Central inserem-se, em linhas gerais, em contexto mais amplo de aproximação com América Latina, movimento que frequentemente é associado à estratégia de reposicionamento da Rússia como ator global.

A reintrodução da América Central na equação geopolítica russa tem como destaque o componente militar da cooperação com Manágua. A cooperação militar russo-nicaraguense remonta à década de 1980, quando Moscou tornou-se fornecedor de armas e equipamentos à Nicarágua no contexto da Guerra dos Contra. A derrota dos sandinistas nas eleições de 1989 e o colapso da URSS, em 1991, congelaram a cooperação entre 1990 e 2007, quando o retorno de Daniel Ortega abriu espaços para a reaproximação.

As visitas do Secretário de Segurança e do Vice-Chanceler da Rússia à Nicarágua, ambas ocorridas em 2013, inauguraram uma nova fase nas relações entre os dois países, com destaque para o fortalecimento da cooperação militar. A reaproximação culminou com a visita do Presidente Vladimir Putin a Manágua, em julho de 2014.

Em fevereiro de 2015, o Ministro da Defesa da Rússia, General Serguéi Shoigú, visitou Manágua, ocasião em que afirmou que a Rússia está disposta a fornecer à Nicarágua tudo o que for necessário para garantir a integridade territorial e segurança do país centro-americano no contexto do combate às ameaças do narcotráfico e do crime organizado.

Em visita a Manágua, em março de 2015, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, manifestou a determinação russa de prosseguir com o adensamento das relações bilaterais e agradeceu o apoio da Nicarágua às pretensões russas na Ucrânia.

Em abril de 2016, o Exército nicaraguense confirmou a aquisição de tanques russos T-72B1, possivelmente 50 tanques, no valor de 80 milhões de dólares. A compra do equipamento militar faz parte de um plano de modernização e

desenvolvimento das forças armadas nicaraguenses. O Chanceler da Costa Rica manifestou preocupação com a decisão da Nicarágua.

No que se refere ao relacionamento com a Venezuela, é grande a dependência da Nicarágua da ajuda proveniente de Caracas, na forma da venda facilitada de petróleo ou mediante outras formas de colaboração. No marco do Acordo de Cooperação Petroleira, os fluxos de cooperação alcançaram US\$ 381 milhões em 2015, dos quais US\$ 306 milhões correspondem a empréstimos da PDVSA. Esses empréstimos seguem política de créditos concessionais com 25 anos de prazo para amortização, incluindo 2 anos de período de graça, e taxa de juros anual de 2%.

A colaboração com Taiwan também vem adquirindo densidade. Em julho de 2015, a visita do Presidente Ma Ying-jeou à Nicarágua deu novo impulso à cooperação bilateral. A Nicarágua não mantém relações diplomáticas com a China.

A interação com o entorno centro-americano representa outro importante condicionante da política externa nicaraguense, em particular o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) e o Acordo de Livre Comércio da América Central com os EUA (DR-CAFTA).

No âmbito do SICA, a Nicarágua tem acordos de livre comércio com o México e com a União Europeia. O governo da Nicarágua abriu debate com setores produtivos e econômicos do país para solicitar adesão ao Acordo de Parceria Transpacífico (TPP).

As relações nicaraguenses com seu entorno regional são igualmente condicionadas por disputas territoriais com a Costa Rica, ao sul, e com a Colômbia, no mar do Caribe.

As disputas com a Costa Rica referem-se à delimitação da fronteira marítima entre os dois países e à soberania sobre a Ilha Calero (chamada na Nicarágua de *Harbour Head*), área de 2 km² no delta do rio San Juan, que separa os dois países.

A disputa sobre a Ilha Calero teve início em outubro de 2010, com a incursão de militares e civis nicaraguenses na área, com vistas a realizar obras de dragagem e abertura de canal. Em 2011, a Costa Rica notificou a Corte Internacional de Justiça (CIJ) da presença nicaraguense em seu território. No mesmo ano, a Nicarágua apresentou queixa sobre impactos ambientais causados pela construção de uma estrada na margem do rio San Juan, por parte da Costa Rica. Em 2013, a CIJ decidiu analisar os dois casos conjuntamente. Em dezembro de 2015, a CIJ reconheceu a soberania da Costa Rica sobre o território em disputa e determinou que a Nicarágua havia violado a soberania costarriquenha. A decisão não foi contestada. A CIJ estabeleceu que a Costa Rica tem direito de receber compensação financeira por danos provocados pela Nicarágua. A Costa Rica pleiteia a quantia de US\$ 6 milhões. A Corte também considerou que a Costa Rica violou obrigação legal de

realizar avaliação de impacto ambiental para a construção da estrada às margens do rio San Juan.

O processo de negociação das fronteiras marítimas entre a Nicarágua e a Costa Rica foi iniciado em 2002, mas praticamente não registrou avanços. Em 2014, a Costa Rica apresentou demanda judicial perante a CIJ contra a decisão da Nicarágua de oferecer, a empresas estrangeiras, concessões para exploração de petróleo em águas territoriais que São José considera situadas na fronteira marítima em disputa. Em maio de 2016, militares nicaraguenses detiveram cidadãos costarriquenhos e confiscaram suas embarcações ao sul da Ilha Bolaños, situada em área litigiosa. A definição das fronteiras marítimas entre os dois países aguarda pronunciamento da CIJ.

A disputa com a Colômbia diz respeito à soberania sobre o Arquipélago de San Andrés e Providencia e o mar territorial que o circunda. Em novembro de 2012, a CIJ proferiu sentença que reafirmou a soberania colombiana sobre o arquipélago, mas adjudicou à Nicarágua cerca de 90 mil km² de território marítimo. A decisão da CIJ levou a Colômbia a denunciar o Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá). Atualmente, encontram-se pendentes dois processos da Nicarágua contra a Colômbia na CIJ. O primeiro, de 2013, solicita a definição dos limites marítimos entre os dois países para além das 200 milhas náuticas da costa da Nicarágua, com base na decisão de 2012. O outro diz respeito a violações pela Colômbia do território marítimo nicaraguense.

O Golfo de Fonseca, que banha El Salvador, Honduras e Nicarágua, também esteve no centro de disputas entre esses países. Os conflitos foram, no entanto, em grande parte, dirimidos por decisão da CIJ proferida em 1992. Na ocasião, considerou-se que as águas do Golfo de Fonseca não são internacionais, mas propriedade histórica e cossobrerana dos três países, que deverão administrá-lo em regime de condomínio. A decisão foi aceita pelos três países. Nos últimos anos, queixas de Honduras quanto ao tratamento recebido por suas embarcações realimentaram tensões na região. Como resultado, os mandatários dos três países se reuniram em dezembro de 2012 e maio de 2013, em Manágua, e decidiram constituir uma comissão trinacional para manter o Golfo de Fonseca como uma zona de paz, desenvolvimento sustentável e segurança.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA NICARÁGUA

1821	Independência da Nicarágua. Incorporação da Nicarágua ao Império Mexicano.
1823	A Nicarágua forma, com Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras, as Províncias Unidas da América Central.
1893	O General José Santos Zelaya instaura uma ditadura.
1909	Tropas norte-americanas invadem a Nicarágua no contexto de disputas a respeito da construção, na Nicarágua, de uma rota interoceânica alternativa ao Canal do Panamá.
1912	Os Estados Unidos estabelecem bases militares na Nicarágua.
1925	As tropas norte-americanas se retiram da Nicarágua. Os conservadores rompem o pacto de coalizão e ascendem ao poder por meio de um golpe, dando início a uma guerra civil. As tropas norte-americanas retornam ao país.
1927	Os liberais concordam com o fim das hostilidades, mas um de seus líderes, o General Augusto Sandino, recusa a proposta e exige a partida das tropas norte-americanas.
1934	Em meio a negociações, o General Augusto Sandino é assassinado por ordem do Comandante da Guarda Nacional, General Anastasio Somoza García.
1937	O General Somoza é eleito Presidente da República, dando início a uma ditadura dinástica de 44 anos.
1956	Anastasio Somoza é assassinado, sendo sucedido por seu filho Luís Somoza Debayle.
1961	É criada a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).
1967	Luis Somoza falece e é sucedido pelo irmão Anastasio Somoza Debayle.
1972	Manágua é devastada por um terremoto que mata entre 5 mil e 10 mil pessoas.
1978	O assassinato do jornalista e opositor Pedro Joaquin Chamorro dá início a uma greve geral que une os moderados e a FSLN contra o regime de Somoza.
1979	A ofensiva da FSLN termina com a derrocada de Anastasio Somoza.
1980	Anastasio Somoza é assassinado no Paraguai. O governo Sandinista liderado por Daniel Ortega nacionaliza as terras de propriedade da família Somoza e as transforma em cooperativas.
1982	O grupo rebelde Contra, patrocinado pelos Estados Unidos e baseado em Honduras, dá início à guerra contrarrevolucionária.

1984	Daniel Ortega é eleito presidente. A Nicarágua denuncia os Estados Unidos perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) por minar os portos nicaraguenses.
1986	A CIJ condena os EUA por agressões à Nicarágua.
1989	A Nicarágua assina os acordos de pacificação da região, que estabelecem eleições diretas em 1990.
1990	O partido de centro-direita União Nacional Opositora (UNO), apoiado pelos Estados Unidos, derrotam a FSLN nas eleições. Violeta Chamorro é eleita Presidente da República.
1992	Um terremoto deixa 16 mil pessoas desabrigadas.
1996	Arnoldo Alemán é eleito Presidente da República.
1998	O furacão Mitch causa imensa destruição, deixando cerca de mil mortos e milhares de desabrigados.
2000	A FSLN ganha as eleições municipais de Manágua.
2002	Enrique Bolaños é eleito Presidente da República.
2003	Arnoldo Alemán é condenado a 20 anos de prisão por corrupção. Um ano depois, é transferido para prisão domiciliar.
2004	O Banco Mundial perdoa 80% da dívida da Nicarágua.
2006	Entra em vigor o Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos (DR-CAFTA). Daniel Ortega é eleito Presidente da República.
2011	Daniel Ortega é reeleito Presidente da República.
2012	A CIJ profere sentença que reafirma a soberania da Colômbia sobre o Arquipélago San Andrés e Providência, mas adjudica à Nicarágua 90 mil km ² de território marítimo.
2013	Entrada em vigor, para a Nicarágua, do Acordo de Associação (AdA) entre a América Central e a União Europeia. A Nicarágua aprova reforma constitucional que permite reeleições presidenciais sucessivas.
2015	A CIJ reconhece a soberania costarriquenha sobre a Ilha Calero, cuja ponta setentrional era reivindicada por Manágua.
2016	Eleições gerais, em 6 de novembro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-NICARÁGUA

1906	Criação da Legação do Brasil em Cuba, cumulativa com a Nicarágua.
1937	A Legação do Brasil na Guatemala passa a ser cumulativa com a Nicarágua.
1950	Criação de Legação do Brasil na Nicarágua.
1953	Visita do Presidente Anastasio Somoza ao Brasil. A Legação do Brasil na Nicarágua é elevada à categoria de Embaixada.
1971	Visita do Ministro Mario Gibson Barboza, a primeira de um Chanceler brasileiro.
1973	Linhos de crédito (US\$ 50 milhões) para importação de maquinaria brasileira. Ampliação dos créditos brasileiros à Nicarágua ao total de US\$ 150 milhões.
1985	Constituição, por Brasil, Argentina, Peru e Uruguai, do Grupo de Apoio ao Grupo de Contadora.
1986	Visita do Presidente Daniel Ortega ao Brasil.
1992	Visita da Presidente Violeta Chamorro ao Brasil.
1998	O Brasil presta assistência emergencial à Nicarágua, após a passagem do furacão Mitch.
2000	Encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Arnoldo Alemán, em São José da Costa Rica.
2002	Encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Arnoldo Alemán, no Panamá. O Brasil perdoa 95% da dívida da Nicarágua, estimada em US\$ 140 milhões.
2006	Assinatura, em 2 de fevereiro, do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Nicarágua, em Manágua.
2007	Visita ao Brasil de delegação ministerial nicaraguense, integrada pelos Ministros da Agricultura (MAGFOR), do Fomento, Indústria e Comércio (MIFIC), de Energia e Minas, dos Transportes e Infraestrutura, do Turismo, e pelo Secretário Privado do Presidente da República para Relações Internacionais. Visita de Estado do Presidente Lula da Silva a Manágua, em agosto, a primeira visita oficial de um mandatário brasileiro à Nicarágua. Missão interministerial nicaraguense visita o Brasil para tratar dos projetos hidroelétricos de Bobokê e Tumarín.
2008	No comunicado conjunto da Cúpula Brasil-SICA, em 2008, foi reiterado o apoio da Nicarágua ao pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU.

	<p>Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, visita Manágua, em julho.</p> <p>Encontro do Chanceler Celso Amorim com o Chanceler Samul Santos López à margem da 63ª Assembleia-Geral da ONU, em setembro.</p> <p>Visita do Chanceler Samuel Santos López ao Brasil, em outubro.</p> <p>O Presidente Daniel Ortega participa da I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe, em dezembro.</p>
2009	Abertura de leitorado brasileiro na Nicarágua, em fevereiro.
2010	Visita do Presidente Daniel Ortega ao Brasil, em julho, a primeira visita bilateral em seu 2º mandato.
2011	Visita do chanceler Samuel Santos López ao Brasil.
2015	<p>A Nicarágua confirma a adoção do padrão nipo-brasileiro (ISDB-T) de TV Digital.</p> <p>Visita do Ministro-Diretor do Instituto Nicaraguense de Telecomunicações e Correios (TELCOR), Orlando José Castillo, ao Brasil, em agosto, para assinatura de acordos de cooperação com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com o Ministério das Comunicações e com a empresa Embratel Star One.</p>

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação no DOU
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal	08/08/2007	Em Vigor	24/09/2014

Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre Isenção de Vistos para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.	08/08/2007	Em Vigor	08/08/2008
Acordo sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua.	08/08/2007	Em Vigor	17/08/2007
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua.	02/02/2006	Em Vigor	30/12/2008
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.	20/07/1971	Em Vigor	06/09/1971
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Nicaraguenses.	20/07/1971	Em Vigor	(Não consta do Sistema de Atos Internacionais)
Acordo Cultural.	12/01/1953	Em Vigor	21/03/1956

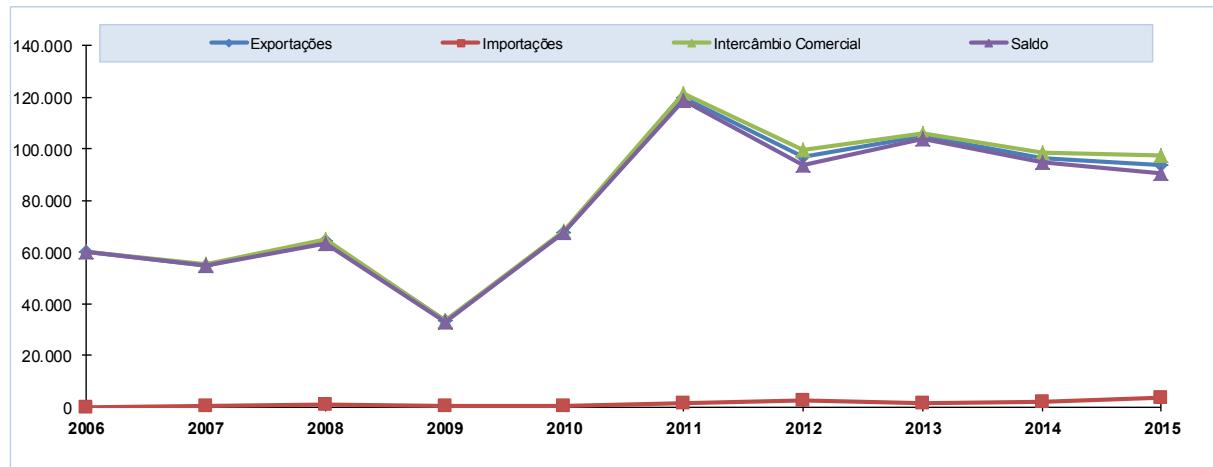
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Nicarágua

US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	60.409	22,4%	0,04%	12	582,9%	0,00%	60.421	22,4%	0,03%	60.397
2007	55.043	-8,9%	0,03%	421	(+)	0,00%	55.464	-8,2%	0,02%	54.623
2008	64.318	16,8%	0,03%	738	75,6%	0,00%	65.057	17,3%	0,02%	63.580
2009	33.362	-48,1%	0,02%	354	-52,0%	0,00%	33.716	-48,2%	0,01%	33.007
2010	67.893	103,5%	0,03%	249	-29,7%	0,00%	68.143	102,1%	0,02%	67.644
2011	119.975	76,7%	0,05%	1.341	438,0%	0,00%	121.316	78,0%	0,03%	118.634
2012	96.863	-19,3%	0,04%	2.831	111,2%	0,00%	99.694	-17,8%	0,02%	94.032
2013	104.987	8,4%	0,04%	1.306	-53,9%	0,00%	106.293	6,6%	0,02%	103.680
2014	96.697	-7,9%	0,04%	1.900	45,5%	0,00%	98.597	-7,2%	0,02%	94.796
2015	94.037	-2,8%	0,05%	3.488	83,5%	0,00%	97.525	-1,1%	0,03%	90.549
2016 (jan-set)	85.915	37,6%	0,06%	2.459	-9,4%	0,00%	88.374	35,7%	0,04%	83.456
Var. % 2006-2015	55,7%	--		29069,6%	--		61,4%	--		n.c.

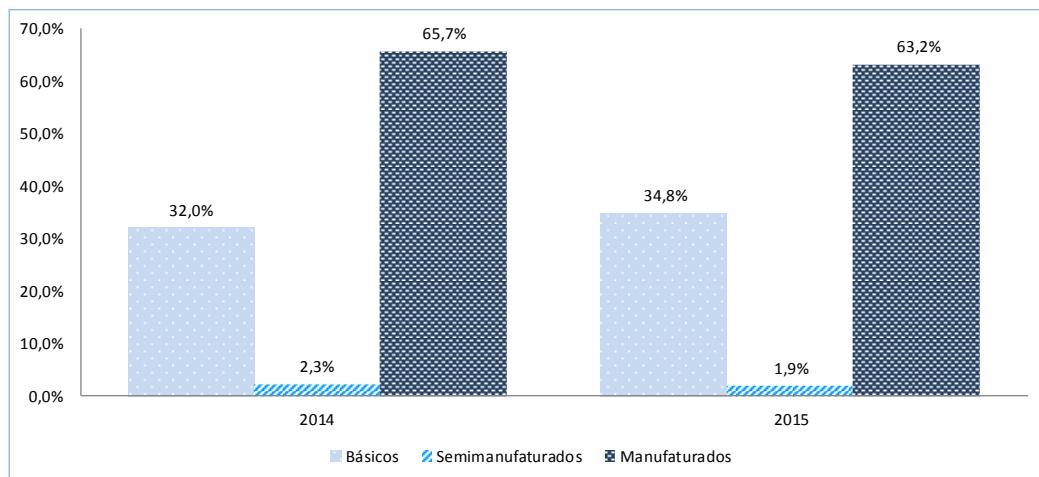
*Elaborado pelo MRE/DPR/DJC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Outubro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



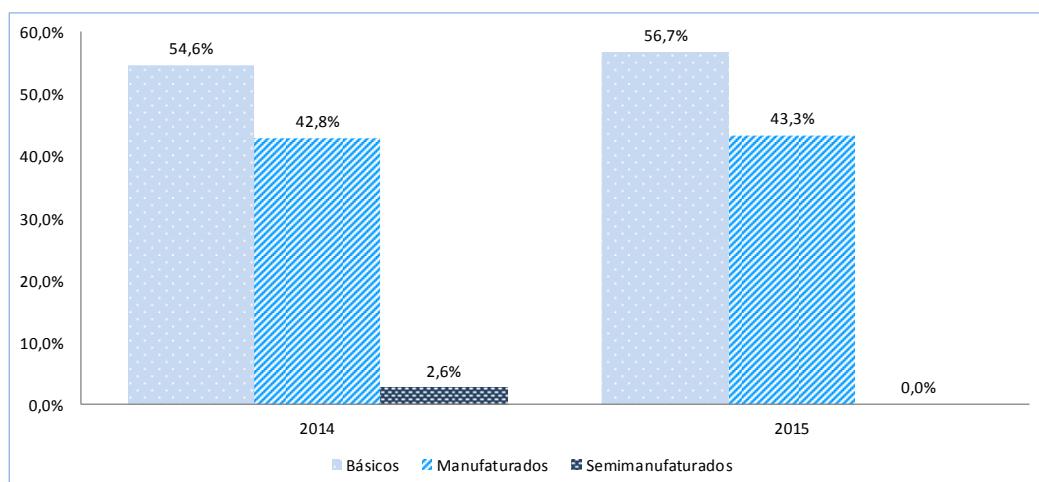
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Outubro de 2016.

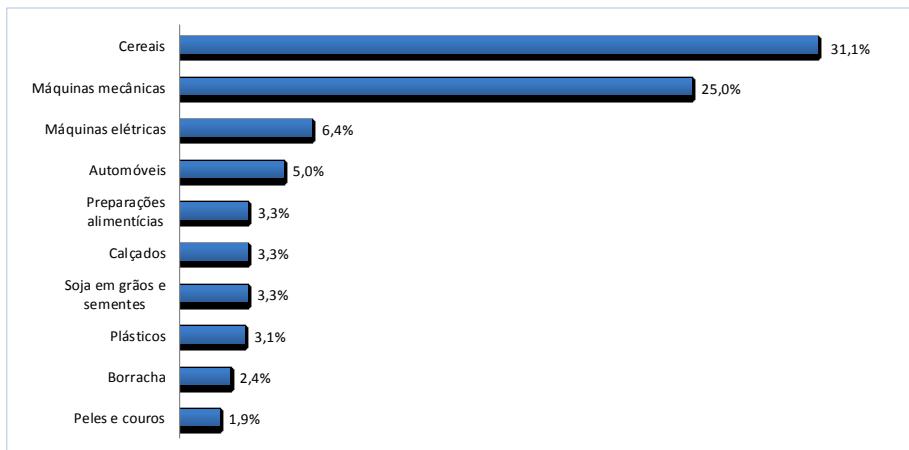
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Nicarágua
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	45.894	43,7%	26.312	27,2%	29.241	31,1%
Máquinas mecânicas	24.690	23,5%	26.974	27,9%	23.496	25,0%
Máquinas elétricas	5.270	5,0%	6.241	6,5%	6.052	6,4%
Automóveis	4.449	4,2%	4.373	4,5%	4.710	5,0%
Preparações alimentícias	5.015	4,8%	5.550	5,7%	3.119	3,3%
Calçados	790	0,8%	1.548	1,6%	3.096	3,3%
Soja em grãos e sementes	2.889	2,8%	4.461	4,6%	3.075	3,3%
Plásticos	881	0,8%	1.425	1,5%	2.951	3,1%
Borracha	993	0,9%	1.176	1,2%	2.274	2,4%
Peles e couros	1.411	1,3%	2.208	2,3%	1.773	1,9%
Subtotal	92.282	87,9%	80.268	83,0%	79.787	84,8%
Outros produtos	12.705	12,1%	16.429	17,0%	14.250	15,2%
Total	104.987	100,0%	96.697	100,0%	94.037	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Outubro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

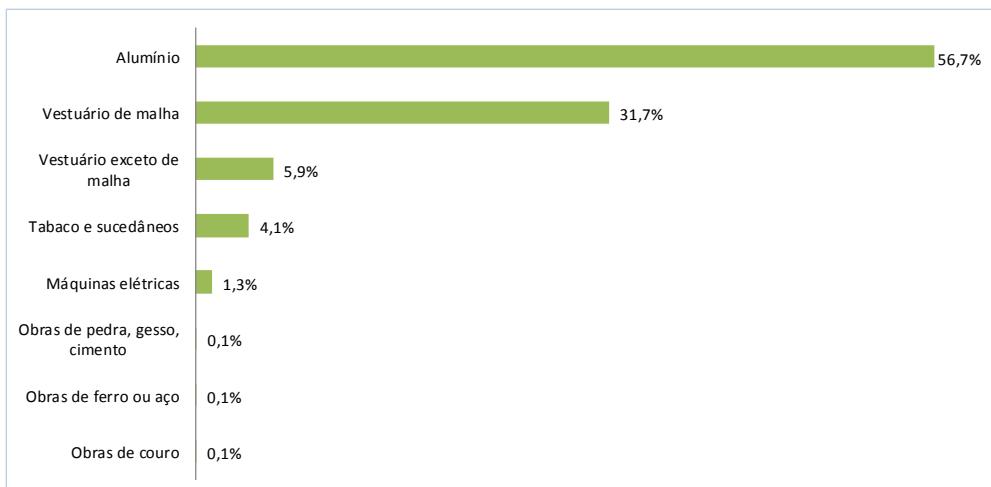


Composição das importações brasileiras originárias da Nicarágua
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	0	0,0%	908	47,8%	1.978	56,7%
Vestuário de malha	46	3,5%	490	25,8%	1.106	31,7%
Vestuário exceto de malha	55	4,2%	186	9,8%	207	5,9%
Tabaco e sucedâneos	120	9,2%	129	6,8%	143	4,1%
Máquinas elétricas	11	0,8%	5	0,3%	44	1,3%
Obras de pedra, gesso, cimento	14	1,1%	0	0,0%	3	0,1%
Obras de ferro ou aço	14	1,1%	0	0,0%	2	0,1%
Obras de couro	2	0,2%	3	0,2%	2	0,1%
Subtotal	262	20,1%	1.721	90,6%	3.485	99,9%
Outros produtos	1.044	79,9%	179	9,4%	3	0,1%
Total	1.306	100,0%	1.900	100,0%	3.488	100,0%

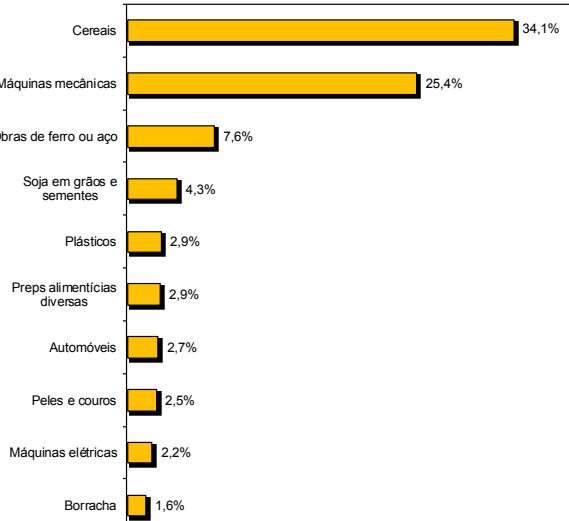
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Outubro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015

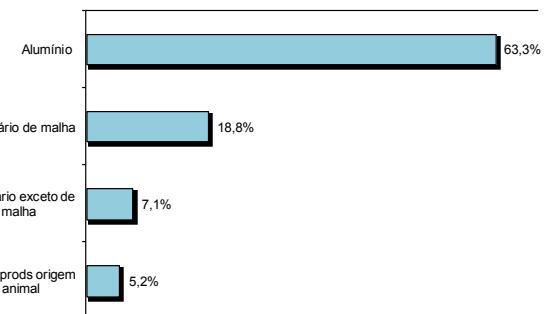


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2015 (jan-set)	Part. % no total	2016 (jan-set)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Cereais	13.310	21,3%	29.282	34,1%	Cereais 34,1%
Máquinas mecânicas	16.874	27,0%	21.850	25,4%	Máquinas mecânicas 25,4%
Obras de ferro ou aço	905	1,4%	6.552	7,6%	Obras de ferro ou aço 7,6%
Soja em grãos e sementes	2.906	4,7%	3.716	4,3%	Soja em grãos e sementes 4,3%
Plásticos	2.016	3,2%	2.533	2,9%	Plásticos 2,9%
Preps alimentícias diversas	2.781	4,5%	2.456	2,9%	Preps alimentícias diversas 2,9%
Automóveis	3.229	5,2%	2.310	2,7%	Automóveis 2,7%
Peles e couros	1.431	2,3%	2.151	2,5%	Peles e couros 2,5%
Máquinas elétricas	4.949	7,9%	1.863	2,2%	Máquinas elétricas 2,2%
Borracha	1.537	2,5%	1.394	1,6%	Borracha 1,6%
Subtotal	49.939	80,0%	74.108	86,3%	
Outros produtos	12.491	20,0%	11.807	13,7%	
Total	62.429	100,0%	85.915	100,0%	



Grupos de Produtos	2015 (jan-set)	Part. % no total	2016 (jan-set)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Alumínio	1.519	56,0%	1.557	63,3%	Alumínio 63,3%
Vestuário de malha	853	31,4%	462	18,8%	Vestuário de malha 18,8%
Vestuário exceto de malha	207	7,6%	175	7,1%	Vestuário exceto de malha 7,1%
Outs. prods origem animal	0	0,0%	127	5,2%	Outs. prods origem animal 5,2%
Subtotal	2.578	95,0%	2.322	94,4%	
Outros produtos	135	5,0%	137	5,6%	
Total	2.713	100,0%	2.459	100,0%	

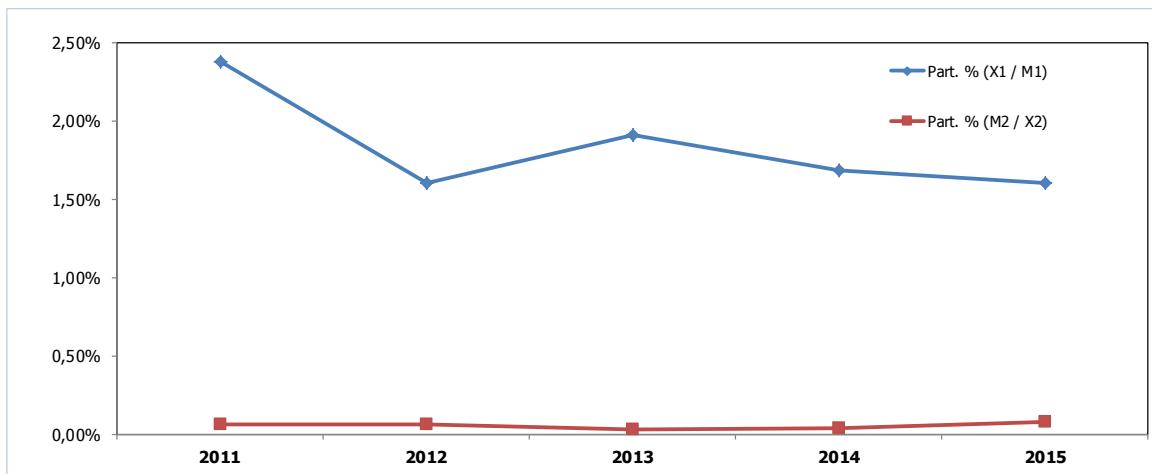


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Outubro de 2016.

Part. % do Brasil no comércio da Nicarágua
US\$ mil

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014-2015
Exportações do Brasil para Nicarágua (X1)	119.975	96.863	104.987	96.697	94.037	-2,8%
Importações totais da Nicarágua (M1)	5.047.260	6.029.660	5.498.844	5.746.418	5.866.298	2,1%
Part. % (X1 / M1)	2,38%	1,61%	1,91%	1,68%	1,60%	-4,7%
Importações do Brasil originárias da Nicarágua (M)	1.341	2.831	1.306	1.900	3.488	83,5%
Exportações totais da Nicarágua (X2)	2.280.872	4.550.647	4.594.148	4.973.501	4.667.366	-6,2%
Part. % (M2 / X2)	0,06%	0,06%	0,03%	0,04%	0,07%	95,6%

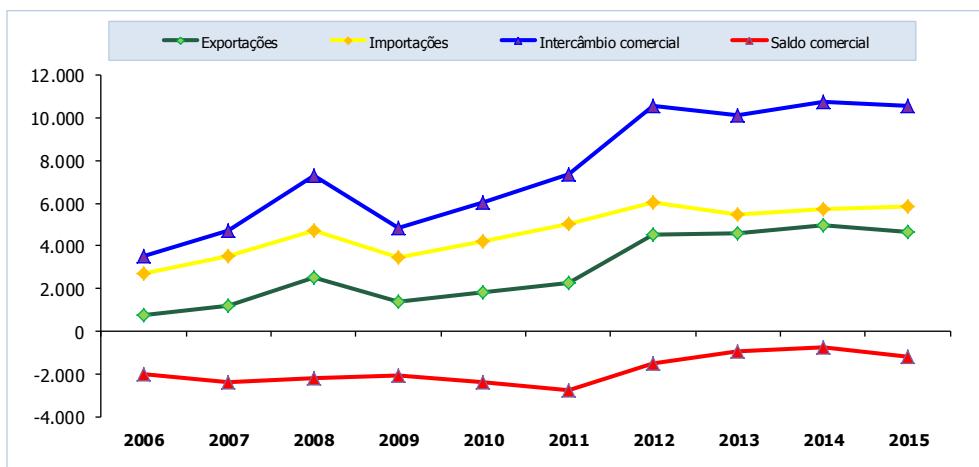
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Nicarágua explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



Evolução do comércio exterior da Nicarágua
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2006	759	-12,4%	2.741	8,1%	3.499	2,9%	-1.982
2007	1.195	57,5%	3.538	29,1%	4.733	35,2%	-2.343
2008	2.538	112,4%	4.744	34,1%	7.282	53,9%	-2.207
2009	1.393	-45,1%	3.479	-26,7%	4.872	-33,1%	-2.086
2010	1.848	32,6%	4.191	20,5%	6.038	23,9%	-2.343
2011	2.281	23,4%	5.047	20,4%	7.328	21,4%	-2.766
2012	4.551	99,5%	6.030	19,5%	10.580	44,4%	-1.479
2013	4.594	1,0%	5.499	-8,8%	10.093	-4,6%	-905
2014	4.974	8,3%	5.746	4,5%	10.720	6,2%	-773
2015	4.667	-6,2%	5.866	2,1%	10.534	-1,7%	-1.199
Var. % 2006-2015	515,2%	--	114,0%	--	201,0%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

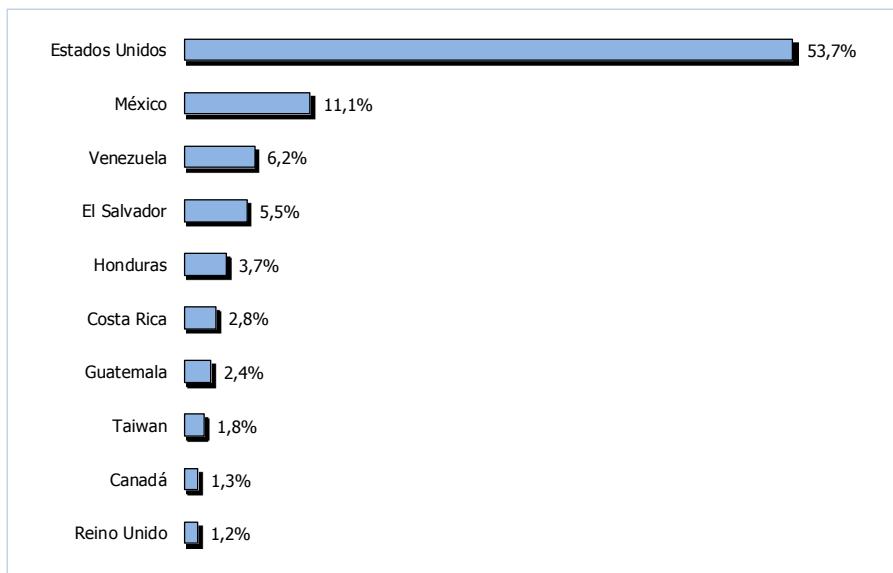


Direção das exportações da Nicarágua
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	2.507	53,7%
México	519	11,1%
Venezuela	290	6,2%
El Salvador	259	5,5%
Honduras	174	3,7%
Costa Rica	132	2,8%
Guatemala	112	2,4%
Taiwan	84	1,8%
Canadá	59	1,3%
Reino Unido	57	1,2%
...		
Brasil (35ª posição)	3	0,1%
Subtotal	4.196	89,9%
Outros países	472	10,1%
Total	4.667	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016.

10 principais destinos das exportações

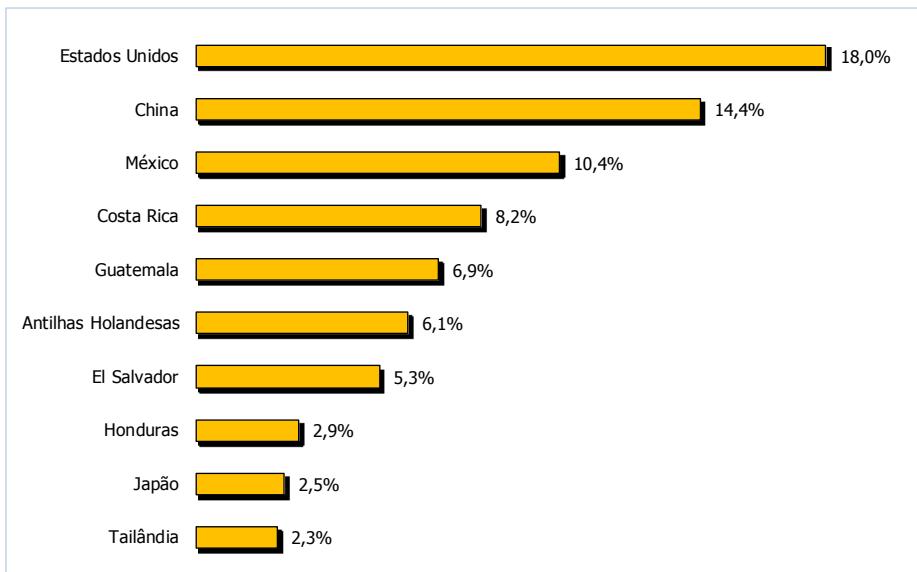


Origem das importações da Nicarágua
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	1.057	18,0%
China	846	14,4%
México	610	10,4%
Costa Rica	479	8,2%
Guatemala	407	6,9%
Antilhas Holandesas	356	6,1%
El Salvador	308	5,3%
Honduras	173	2,9%
Japão	149	2,5%
Tailândia	137	2,3%
Brasil	127	2,2%
Subtotal	4.649	79,2%
Outros países	1.217	20,8%
Total	5.866	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016.

10 principais origens das importações

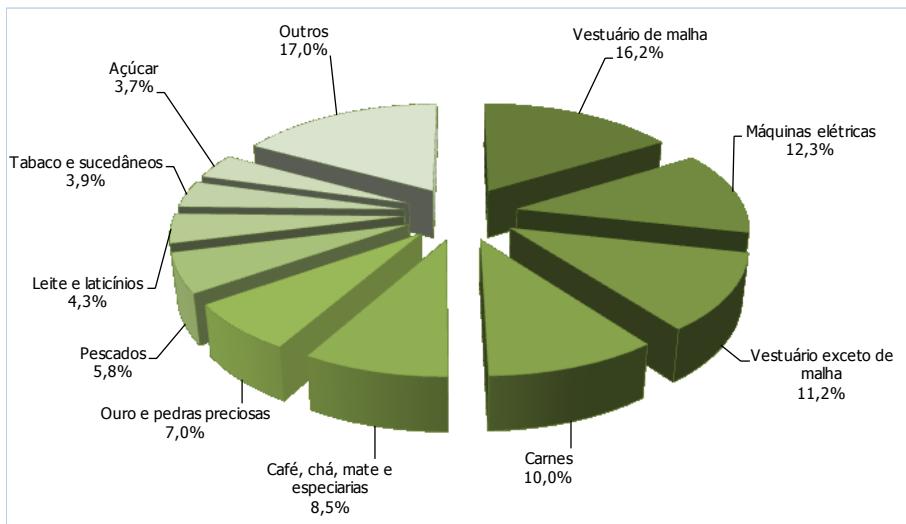


Composição das exportações da Nicarágua
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Vestuário de malha	757	16,2%
Máquinas elétricas	572	12,3%
Vestuário exceto de malha	524	11,2%
Carnes	469	10,0%
Café, chá, mate e especiarias	397	8,5%
Ouro e pedras preciosas	328	7,0%
Pescados	270	5,8%
Leite e laticínios	202	4,3%
Tabaco e sucedâneos	184	3,9%
Açúcar	173	3,7%
Subtotal	3.876	83,0%
Outros	791	17,0%
Total	4.667	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

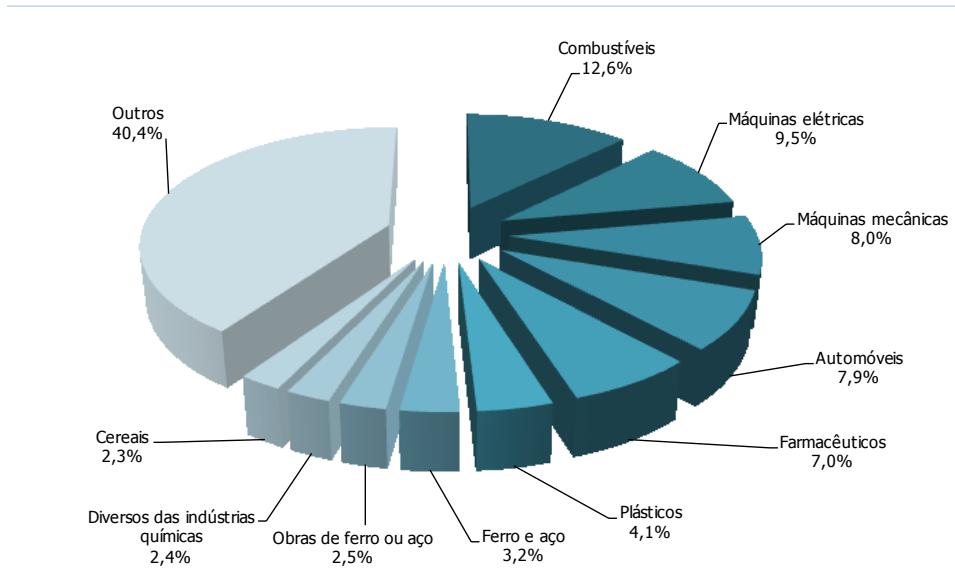


Composição das importações da Nicarágua
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	742	12,6%
Máquinas elétricas	560	9,5%
Máquinas mecânicas	469	8,0%
Automóveis	464	7,9%
Farmacêuticos	410	7,0%
Plásticos	239	4,1%
Ferro e aço	185	3,2%
Obras de ferro ou aço	148	2,5%
Diversos das indústrias químicas	142	2,4%
Cereais	137	2,3%
Subtotal	3.496	59,6%
Outros	2.370	40,4%
Total	5.866	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Nicarágua

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,53%	4,57%	4,93%	4,50%	4,30%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,88	11,79	12,69	13,41	14,29
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.773	1.902	2.024	2.115	2.229
PIB PPP (US\$ bilhões)	28,02	29,82	31,63	33,49	35,68
PIB PPP "per capita" (US\$)	4.567	4.811	5.044	5.280	5.563
População (milhões de habitantes)	6,13	6,20	6,27	6,34	6,41
Desemprego (%)	5,75%	6,79%	6,75%	6,93%	7,29%
Inflação (%) ⁽²⁾	5,68%	6,48%	3,05%	6,18%	7,29%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-10,85%	-7,75%	-8,24%	-8,03%	-8,71%
Dívida externa (US\$ bilhões)	9,78	10,22	10,64	11,11	11,63
Câmbio (C / US\$) ⁽²⁾	25,33	26,60	27,93	29,32	30,79
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			17,0%		
Indústria			24,2%		
Serviços			58,8%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report October 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

